

CURRÍCULO E SABER HISTÓRICO ESCOLAR: o ensino da história pátria nos programas do estado de Santa Catarina no início do século XX¹

Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC
Florianópolis, Santa Catarina

Resumo

O início do século XX no Brasil é marcado por mudanças econômicas, políticas, sociais e educacionais. Em Santa Catarina, a partir de 1911, inicia-se a Reforma Orestes Guimarães que marcará a educação no estado, com a reestruturação do sistema de ensino, a construção de novas escolas e a instituição de novos programas de ensino. A partir da análise dos conteúdos de história listados nos Programas de Ensino de 1911 e 1914 temos como objetivo analisar quais conhecimentos históricos sobre o Brasil e sobre Santa Catarina foram escolhidos para serem ensinados, e através de quais metodologias, nas séries iniciais. As discussões sobre currículo apregoam que este é histórico, produto de seu tempo e que a seleção do que ensinar envolve selecionar valores, habilidades e saberes e passa por mudanças de acordo com os interesses e as disputas de poder de cada contexto histórico. Este artigo é recorte da pesquisa “Memória coletiva e saber histórico escolar: o ensino de História de Santa Catarina no século XX / início do século XXI” (FAED/UDESC - 2008/2010) no qual nos propomos a investigar a construção dos saberes históricos escolares e sua relação com a constituição de uma memória coletiva.

Palavras-chave: ensino de história, documentos curriculares, Santa Catarina

Abstract

The early twentieth century in Brazil is marked by economic, political, social and educational changes. In Santa Catarina, from 1911, begins the Orestes Guimarães's Reform that will mark the education in the state due to the restructuration of the educational system, building of new schools and the establishment of new teaching programs. From the analysis of the contents listed in the History of Education Programs, 1911 and 1914, we aim to investigate what historical knowledge about Brazil and about Santa Catarina were chosen to be taught, and what methodologies were used at the primary levels. Discussions on curriculum proclaim that it is historic, product of its time. Proclaim also that the selection of what to teach involves selecting values, skills and knowledge that undergoes changes according to the interests and power struggles of each historic context. This article is part of the research "Collective memory and historical knowledge in schools: the teaching of History of Santa Catarina in the twentieth century / early twenty-first century" (Faed / UDESC - 2008/2010) in which we propose to investigate the construction of school's historical knowledge and its relation to a collective memory formation.

Keywords: history teaching, curriculum documents, Santa Catarina.

Quais conhecimentos históricos sobre Santa Catarina foram selecionados para serem difundidos nas instituições escolares mantidas no Estado de Santa Catarina durante a primeira metade do século XX? De que forma a história ensinada neste período, marcada por duas guerras mundiais e pelo processo de nacionalização das populações de imigrantes, principalmente alemãs e italianas, foi acionada a fim de contribuir na construção de um sentimento nacional e regional? Estas questões nortearão nossas reflexões neste artigo que é resultado da pesquisa que venho desenvolvendo desde 2008 sobre o saber histórico escolar e o ensino de história de Santa Catarina durante o século XX.

O final do século XIX e o início do século XX foi um período de grandes transformações no Brasil, não só na organização econômica, política e social, mas também no sistema escolar devido a implantação de um novo regime político, o republicano, a abolição da escravatura, a chegada de uma grande leva de imigrantes estrangeiros (principalmente europeus) e o crescimento das cidades. Para os republicanos, a ampliação do número de escolas era uma forma de proporcionar uma nova formatação para uma sociedade que passava por intensas transformações e que tinha que inserir uma população marcada pela diversidade étnica e cultural. No período que compreende o final do século XIX até a década de 1940, ocorreu um “movimento em direção ao fortalecimento de um nacionalismo patriótico e da sedimentação de uma história nacional com passado homogêneo, sem conflitos e único para todos os brasileiros” (BITTENCOURT, 2007, p. 38).

Em Santa Catarina a questão mais candente era a inserção dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, principalmente os de origem alemã e italiana. Em 1890, 80% da população catarinense, estimada em 282.100 mil habitantes, era analfabeta. Os municípios que tinham os maiores índices de alfabetizados, não se sabe se na língua portuguesa ou estrangeira, eram Joinville (43%), Blumenau (40%) Campo Alegre (32%), Nova Trento (26%) e Desterro (atual Florianópolis) (23%) (FIORI, 1991, p. 100). Segundo João Klug, o trabalho para a implantação das colônias afastava as crianças da escola, uma vez que muitos pais precisavam do apoio dos filhos no trabalho nas propriedades rurais. Passado o momento inicial da instalação, os imigrantes fundaram inúmeras escolas tanto nos núcleos urbanos como nas zonas de baixa densidade populacional (KLUG, 2003, pp. 143-146).

As escolas nas áreas de colonização alemã atingiram seu auge entre os anos de 1904 (com a criação da Associação Escolar para Santa Catarina organizada pelo pastor Hermann Faulhaber) até o ingresso do Brasil na I Guerra Mundial, em outubro de 1917. Este evento acarretou o fechamento de inúmeras escolas, ficando em torno de 6.000 crianças sem aulas devido a falta de vagas nas escolas públicas da região. O fechamento de escolas devido a guerra também ocorreu em áreas de colonização italiana, e as que não foram fechadas tiveram que se adequar as novas normas estabelecidas através do decreto nº 1.063/1917 que instituiu a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas aulas (OTTO, 2003, p. 135).

Nas áreas de colonização, como também em outras regiões, as escolas públicas eram insuficientes e na maioria das vezes mal aparelhadas. Além disso, muitos imigrantes preferiam que seus filhos fossem educados na língua de seus antepassados, tanto por motivos culturais como devido às dificuldades de comunicação entre professores e alunos.

Isto gerou muitos conflitos quando da implementação da política de nacionalização do ensino, iniciada no governo de Vidal Ramos através de Reforma de 1911, e que se intensificou durante o Estado Novo, principalmente com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

No ano de 1906 as escolas públicas primárias do estado de Santa Catarina atendiam 4.970 alunos, distribuídos em 157 escolas, muitas das quais funcionavam de forma precária, não possuindo nem “os abomináveis bancos de pau para descansarem” (Relatório do Governo de 1907 apud FIORI, 1991, p. 78). No início do governo republicano em Santa Catarina a situação do ensino era grave.

A superlotação das salas, a falta de higiene, de ventilação, a inexistência de mobílias e materiais pedagógicos adaptados ao ensino, denunciavam a precariedade geral das escolas catarinenses e exigiam especial atenção dos governos. O problema educacional, além das instalações prediais, passava pelas ultrapassadas e defasadas metodologias, bem como pela falta de pessoal habilitado para um ensino eficiente (PROCHNOW, 2009, 171).

Esta situação levou a várias tentativas de reforma ou reorganização do sistema escolar entre as quais podemos citar a ocorrida no governo de Manoel Joaquim Machado através do decreto nº 155/1892, as modificações levadas a cabo no governo de Hercílio Luz através da lei nº 112/1894 e da resolução nº 1.454/1894 e, no governo de Gustavo Richard, a reestruturação implementada através do decreto nº 348/1907. No entanto, modificações significativas irão ocorrer somente a partir da reforma de 1911, implementada no governo de Vidal Ramos e coordenada pelo professor Orestes Guimarães, conhecida com Reforma Orestes Guimarães². (FIORI, 1991, p. 79). Orestes Guimarães, professor paulista, foi contratado em 1911 pelo governador Vidal Ramos (1910-1914) para organizar um sistema educacional para o estado aos moldes do que já havia sido feito no estado de São Paulo. Além de reorganizar a Escola Normal, foi sob a sua direção que foram criados os Grupos Escolares e reestruturado os outros tipos de escolas existentes: isoladas, reunidas e complementares. Foram construídos vários grupos escolares sendo que os primeiros foram: G. E. Lauro Muller (1912) e G. E. Silveira de Souza (1913) em Florianópolis; G. E. Conselheiro Mafra (1911), em Joinville; G. E. Luis Delfino (1913), em Blumenau; G. E. Victor Meirelles (1913), em Itajaí; G. E. Jerônimo Coelho (1912), em Laguna, e G. E. Vidal Ramos (1913) em Lages.³

Onze anos depois, no ano de 1917 o número de alunos matriculados nas escolas públicas de Santa Catarina havia aumentado, passando para 12.306 alunos. O sistema escolar era organizado em Escolas isoladas (com 9.138 alunos), Grupos Escolares (com 2.261 alunos), Escolas Reunidas (627 alunos), Escolas Complementares (195 alunos) e Escola Normal (85 alunos) (FIORI, 1991, p. 87). Além do sistema público de escolas existiam as escolas comunitárias e as escolas privadas mantidas por ordens religiosas e sociedades escolares. Esta situação era mais comum nas áreas de colonização, principalmente de alemães e italianos. Um exemplo é a cidade de Blumenau, núcleo de

colonização alemã mais densa no estado. Em 1917 o poder público estava representado através do Grupo Escolar Luis Delfino e de 9 escolas isoladas, com um total de 574 alunos. Ao mesmo tempo, havia 123 outras escolas no município que atendiam um total de 5.061 crianças. Nestas, com poucas exceções, as aulas não eram ministradas em português (FIORI, 1991, pp. 104-105).

Circe Bittencourt salienta o esforço do poder público no sentido de homogeneizar a identidade nacional através, entre outros recursos, do conhecimento do passado. Este movimento de criação de uma identidade nacional vem se constituindo desde a década de 1880 do século XIX quando foram anunciadas várias mudanças no ensino da história pátria. A história sagrada foi substituída pela educação moral e cívica. Para a autora “a história nas escolas primárias caracterizou-se por um ensino cívico patriótico que cada vez mais foi se acentuando no decorrer dessa fase até atingir contornos de nacionalismo de caráter fascista no final da década de 1930” (BITTENCOURT, 2007, p. 39). No tocante ao estado de Santa Catarina, de que forma estas políticas educacionais elaboradas a nível nacional se estruturaram nas escolas públicas mantidas pelo estado? Como a questão da história pátria foi tratada nos currículos do ensino primário e das escolas normais (que formavam os futuros professores)? E o ensino de História de Santa Catarina? Que conhecimentos e temas foram selecionados para serem difundidos através da escolarização? Estes conhecimentos sofreram modificações devido ao contexto específico de cada época? A partir dos documentos curriculares selecionados para análise tentaremos identificar quais conhecimentos históricos produzidos sobre o estado de Santa Catarina foram selecionados para serem difundidos no período conhecido como República Velha (1889-1930).

Em nossa análise utilizaremos os seguintes documentos curriculares: o Programma de Ensino e Regimento Interno para as escolas primarias mantidas pela municipalidade de Florianópolis de 1903; o Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias de 1908, aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública e sancionado pelo governador Gustavo Richard através do decreto nº 371 de 25 de março de 1908; o Programa de Ensino a ser observado nos Grupos Escolares e Escolas Primárias, instituído através do decreto nº 587 de 22 de abril de 1911; o Programa para os Grupos Escolares e para as Escolas Isoladas instituído pelo decreto nº 796 de 02 de maio de 1914 e o Programma de Ensino dos Grupos Escolares aprovado pelo decreto nº 1322 de 29 de janeiro de 1920.

Temos presente que os documentos curriculares não são a única forma no qual se opera a seleção cultural. Além do currículo oficial, que pode ser apreendido pelos programas, parâmetros e propostas curriculares, entre outros documentos, existe também o currículo oculto e o currículo cotidiano que, em consonância com o currículo oficial constitui o currículo real. Outro aspecto a ser considerado é a cultura escolar e a cultura da vida cotidiana que influenciará na forma como os programas serão efetivados. (MOREIRA & SILVA, 2001; GIROUX & SIMON, 2001; JULIA, 2001). No entanto, o conhecimento destes documentos é importante para identificar o que foi considerado relevante de ser ensinado pelos grupos que detinham o poder no estado em cada época.

A história do currículo é um importante aparato que possibilita vermos “o conhecimento escolar como um artefato social e histórico sujeito a mudanças e flutuações,

e não como uma realidade fixa e atemporal” (NÓVOA, 1997, p. 09). Estudar o currículo não se baseia simplesmente em descrever como o mesmo se estruturava, mas sim ir além, analisá-lo no contexto em que foi produzido, como a realidade social e econômica influencia na produção do conhecimento escolar. Além disso, deve-se ter a preocupação de refletir como determinadas práticas e concepções de ensino influenciam o presente, o que selecionamos e como produzimos e reproduzimos o conhecimento hoje. Para Nóvoa uma história do currículo

não pode cair na armadilha de olhar para o processo de seleção e de organização do conhecimento escolar como um processo “natural” e “inocente”, através do qual acadêmicos, cientistas e educadores “desinteressados” e “imparciais” determinariam, por dedução lógica e filosófica, aquilo que é mais conveniente ensinar às crianças e aos jovens. (1997, p. 09)

Estudar o currículo significa desconstruí-lo, buscando entender os interesses que levaram as escolhas presentes nas propostas curriculares e na elaboração das disciplinas escolares. Tomaz Tadeu da Silva salienta que mais interessante do que saber como era o currículo de matemática no final do século passado “é saber por que razões *essa matemática* e não outra, *essa forma de organizá-la* no currículo e não outra, *essa forma de ensiná-la* e não outra acabaram sendo vistas como válidas e legítimas” (1995, p. 08).

Na construção do currículo interferem fatores formais que podem ser conhecidos a partir da análise das leis, dos textos curriculares e planos de ensino, entre outros documentos. No entanto, o currículo não é constituído somente pelo aspecto prescritivo, pré-ativo, mas também pelo ativo, pelo vivido, praticado em sala de aula, nas relações e interações entre os sujeitos do processo educacional. É necessário ir além da análise dos textos formais, é necessário entender também os aspectos informais e relacionais do currículo uma vez que são estes aspectos que definirão a aplicação do que é instituído pelas disposições legais. Segundo Goodson (1995) o que está escrito nem sempre é o que é aprendido, no entanto,

isto não implica que devemos abandonar nossos estudos sobre prescrição como formulação social, e adotar, de forma única, o prático. Pelo contrário, devemos procurar estudar a construção social do currículo tanto em nível de prescrição como em nível de interação. (GOODSON, 1995, p. 78)

Para este autor o currículo escrito é um exemplo perfeito de “invenção de tradição”. Tradição que não se constitui de uma vez por todas, que é eivada de mistificações que são construídas e reconstruídas, e, desta forma são também resignificadas dependendo do contexto histórico no qual estão inseridas.

O currículo também é histórico, é um produto de seu tempo. O currículo está em constante mutação, em constante elaboração, é “resultado de um processo evolutivo, de contínuo aperfeiçoamento em direção a formas melhores e mais adequadas” (SILVA, 1996,

pp. 77-78). O que ensinar e como ensinar muda de acordo com os interesses e as disputas de poderes de cada contexto histórico, envolve selecionar valores, habilidades e saberes como mais significativos e importantes para serem reproduzidos para as crianças e os jovens entre uma gama variada e ilimitada de conhecimentos produzidos na sociedade. Segundo Horn e Germinari (2006, p. 21) “percebe-se o currículo como resultado da competição entre grupos sociais e que se acirram em momentos de crise de acumulação e legitimação como resultado da tensão provocada por grupos culturais emergentes e residuais”. Kátia Abud (2005, p. 29) defende que “os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo, em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade”. O Estado intervém no ensino através de vários mecanismos, entre eles, os currículos e programas de ensino. Para Terezinha Oliva (2001: 123) “a história conhecida pela maioria vem, predominantemente, da escola”. Este conhecimento, que é normatizado através dos documentos oficiais produzidos nas secretarias de educação cruza-se com as falas dos professores (com suas distintas formações), com as representações produzidas pelos materiais didáticos e com o universo cultural dos alunos que recebem influências múltiplas, através dos meios de comunicação e da memória das pessoas mais velhas da família e do grupo comunitário.

O Programma de Ensino e Regimento Interno para as Escolas Primárias mantidas pela Municipalidade de Florianópolis de 1903 é composto por vários artigos, os quais tratam sobre o programa de ensino e o regimento interno das escolas, no qual consta as obrigações do professor, os deveres dos alunos e como devem ser realizados os exames anuais. O que nos interessa é o programa de ensino. Em relação ao ensino de história, no artigo 2º e no artigo 5º do documento, constam os conteúdos que deveriam ser ensinados no ensino elementar e no ensino complementar. Além disso, estão listados os títulos dos livros que deveriam ser utilizados nas diferentes áreas. No ensino elementar deveriam ser ensinados “geografia, physica e historia do Estado” (FLORIANÓPOLIS, 1903, p. 04) sem maiores explicitações. Já no ensino complementar são indicados conteúdos, bem como a forma como os mesmos deveriam ser trabalhados⁴.

Tanto no ensino primário como no ensino complementar são enfatizados o ensino da história de Santa Catarina, com destaque aos fatos considerados memoráveis e a atuação de grandes homens cuja história pudesse contribuir para a formação moral e cívica dos jovens alunos. Podemos perceber que, através dos conteúdos de história elencados para serem ministrados, pretendia-se inculcar nas crianças o amor a pátria, mas também e principalmente o amor ao estado de Santa Catarina, uma vez que era a história do estado e de seus ilustres indivíduos que deveriam ser ensinados. No estado de Santa Catarina havia uma preocupação maior devido a grande presença de imigrantes europeus e seus descendentes.

No Programma de 1903 chama atenção o fato de que enquanto o programa definia a história e geografia do estado como conteúdo a ser ministrado, o livro adotado é um conhecido manual de História do Brasil de autoria de Lacerda⁵. Será que os conteúdos sobre Santa Catharina eram realmente ministrados? Qual era produção historiográfica sobre a história de Santa Catarina que estava disponível aos professores primários na primeira

década do século XX? Isto me remete ao prefácio de uma obra publicada muitos anos depois, em 1968, por Oswaldo R. Cabral, conhecido historiador catarinense, ao escrever que o que o motivou a aceitar a encomenda da obra *História de Santa Catarina* foi que “o Estado sentia a sua falta e os professores, obrigados, agora, a ensinar as nossas tradições históricas aos seus alunos, confessavam a sua angustia, frente ao vazio que encontravam sempre que buscavam os livros básicos ao ensino da disciplina.” (CABRAL, 1968, p. 8).

A produção de uma história sobre Santa Catarina na primeira metade do século XX estava a cargo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e seguia o modelo estabelecido nacionalmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) no século XIX. O IHGSC foi instalado em 1894, em cerimônia realizada no palácio do governo e com a presença de Hercílio da Luz, governador em exercício, e de inúmeros políticos e intelectuais (CORREA, 1997). A data oficial de fundação, no entanto, é registrada como sendo em 1896, dois anos depois e seu fundador, José Arthur Boiteux (1864-1934) que, como muitos dos membros do IHGSC, tinha relevante inserção na vida social e cultural da cidade e do estado. Como ele, vários dos membros do Instituto dedicavam-se as mais diversas funções e profissões, entre as quais, jornalistas, engenheiros, professores, políticos, advogados, funcionários públicos, entre outras. É importante salientar a associação entre a história acadêmica e a história escolar. Era esta elite intelectual a responsável por escrever a história que iria posteriormente ser divulgada através da Revista do IHGSC (publicada a partir de 1902), da escola e dos materiais didáticos. Com salientado por Fonseca (2006, p. 49), muitos dos membros do IHGB eram também professores do Colégio Pedro II e escreveram manuais didáticos para serem utilizados nas aulas de história. Este é o caso de Joaquim Manuel de Macedo que escreveu em 1861 o *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. Em Santa Catarina também ocorreu isto. Em 1920, foi publicado o livro *Pequena História Catharinense* de autoria do capitão-tenente Lucas Alexandre Boiteux. Membro do IHGSC e seu presidente, entre os anos de 1914 e 1920, escreveu várias obras de história, entre as quais *Notas para a História Catharinense* (1912) e *História de Santa Catarina* (1930). *Pequena História Catharinense* foi adotado oficialmente pela Escola Normal Catarinense através de decreto do governador Hercílio Luz em dezembro de 1919 (SILVA & GASPARINI, 2009).

No ano de 1908 foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública o Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias, sancionado pelo governador Gustavo Richard através do decreto nº 371 de 25 de março de 1908. Este documento trata de vários temas, tais como o público que será atendido pelas escolas primárias, a matrícula, a mobília e o registro dos alunos, os deveres dos professores, a disciplina e os exames. O artigo 2º estabelece que o ensino nas escolas primárias compreenda o ensino das primeiras letras, leitura, escrita, gramática elementar da língua portuguesa, aritmética elementar, deveres cívicos e morais, noções de história e geografia do Brasil, “com especialidade do estado”, agronomia prática (nas escolas rurais) e trabalhos de agulha, crochê, bordados, crivos e rendas (nas escolas femininas).

Na segunda parte do documento encontra-se o Programma do ensino público primário

do Estado de Santa Catarina onde constam os conteúdos que deveriam ser ministrados nos quatro primeiros anos de escolarização. Os conteúdos de história estão listados junto com os conteúdos de geografia e são apresentados em ordem decrescente, primeiro os da quarta série e por último o programa da primeira série⁶. Os estudos históricos iniciam com “definição e divisão da história”, “primeiros habitantes do estado de Santa Catharina” e “descobrimento do Brazil, seus primitivos habitantes” (SANTA CATHARINA, 1908, p. 22). Nesta série a ênfase recai sobre o estudo de geografia. Dos 15 tópicos listados somente 03 referem-se a conteúdos de história. Na terceira série (corresponde ao atual 2º ano) continua a ênfase nos estudos geográficos. Dos 12 tópicos, somente 01 se refere a história: “Invasão estrangeira no Brazil, no século XVI” (SANTA CATHARINA, 1908, p. 22). Esta divisão modifica-se na segunda série (corresponde ao atual 3º ano). Dos 08 tópicos, 01 é revisão dos estudos anteriores, 02 refere-se a geografia e 03 a história. No entanto, 02 tópicos são difíceis de serem classificados: “clima, produção, religião e civilização do Brazil e particularmente do estado de Santa Catharina” e “explicação das palavras Catharinense, Fluminense, Bahiano, etc.”. Os 03 tópicos referentes a história são “Invasão franceza de Duclerc e Duguay – Trouin”; “Invasão hollandeza” e “Breve noticia histórica sobre o Estado de Santa Catharina” (SANTA CATHARINA, 1908, p. 23). Na primeira série (corresponde ao atual 4º ano) a ênfase recai sobre os estudos históricos: 01 item é revisão do ano anterior, 02 são relacionados a geografia, 05 relacionam-se a História do Brasil e 02 referem-se a história de Santa Catarina, “Invasão hespanhola” e “Reconhecimento da República no Estado de Santa Catharina” (SANTA CATHARINA, 1908, p. 23).

No Programma de Ensino para Grupos Escolares e Escolas Isoladas aprovado em 1911, os conteúdos de história constam a partir do segundo ano e são trabalhados durante o 2º⁷, 3º⁸ e 4º⁹ anos de escolarização enquanto que no Programa para as Escolas Isoladas¹⁰ o conteúdo é elencado sem definição do ano de escolarização no qual deveria ser trabalhado. Outro aspecto que podemos salientar, além da diferença em relação a quantidade dos conteúdos listados é a inclusão de conteúdos de história do Brasil a partir do 2º ano enquanto no 1º ano deveria ser enfatizado a formação cívica e o desenvolvimento do amor a pátria.

Três anos depois, em 1914, através do decreto nº 796 de 2 de maio de 1914 institui-se outro programa para os grupos escolares e as escolas isoladas do Estado de Santa Catharina que vai substituir os programas implementados 3 anos antes. Este programa, mais extenso e detalhado, contempla, além dos conteúdos, orientações de como o professor deveria ensinar história. Para o 1ª ano¹¹, a história deveria ser desenvolvida “nas aulas de linguagem oral, de agosto em diante” (SANTA CATHARINA, 1914, p. 26). Também são indicados os conteúdos a serem trabalhados no 2º ano¹² e nos demais anos de da educação básica. Para o 3º ano¹³ são listados conteúdos de História do Brasil e uma lista de personagens históricos dos quais deveriam ser trabalhados “resumidamente traços biographicos”. Além disso, neste ano o estudo deveria iniciar com a história do município e do estado. Já para o 4º ano são mantidos muitos dos pontos do 3º ano e acrescentados alguns pontos referentes ao Brasil Império. A ênfase tanto no programa de 1911 como no de 1914 é sobre a história

pátria, com alguns tópicos sobre o município e o estado e nenhum ponto sobre história geral (Europa).

Em todos os programas analisados a ênfase dos conteúdos recai sobre a história do Brasil e sobre a história local ou catarinense, sobretudo nos programas de 1911 e 1914, quando se inicia a reforma da educação em Santa Catarina e o processo de nacionalização da educação nas comunidades de imigrantes, principalmente alemães e italianos. Percebe-se o esforço dos órgãos governamentais catarinenses na estruturação de um sistema educacional. Neste movimento a disciplina de história torna-se um importante instrumento para a difusão de uma identidade nacional, bem como de uma identidade catarinense.

A mesma política curricular em relação ao ensino de história mantém-se no ano de 1920, quando o governador em exercício, Hercílio Luz sancionou um novo programa de ensino para ser implementado nos Grupos Escolares e nas escolas isoladas localizadas no estado de Santa Catarina através do decreto nº 1322 de 29 de janeiro de 1920, em substituição ao programa de 1914. Neste novo programa os conteúdos de história estão previstos para serem ensinados no 2º ano¹⁴, no 3º ano¹⁵ e no 4º ano¹⁶, quando é enfatizado a História do Brasil.

Ao analisarmos os cinco programas implementados nas três primeiras décadas nas escolas públicas e privadas¹⁷ um primeiro aspecto a salientarmos é o crescente acréscimo de conteúdos. No Programa de Florianópolis de 1903 os conteúdos estão pouco explicitados, sendo citados tópicos gerais e em pequena quantidade se comparado com os programas posteriores, o mesmo ocorrendo com os programas de 1908 e de 1911. Já nos programas de 1914 e de 1920 os conteúdos, além de serem em maior quantidade estão mais explicitados, em um esforço em prol de um maior controle estatal sobre o que era ensinado nas escolas catarinenses, não só na disciplina de história, mas também em outras disciplinas, movimento iniciado a partir da contratação de Orestes Guimarães pelo governo estadual com o objetivo de organizar o sistema público de ensino. Normas e regras sobre como o ensino deveria ser desenvolvido foram elaboradas e colocadas em prática neste período, num esforço do governo republicano de controle da população. Para o regime republicano, em Santa Catarina, como em outros estados brasileiros a escola passou a ser considerada uma peça fundamental na engrenagem republicana. Segundo Cynthia Campos, “a boa educação e o corpo saudável foram tomados como requisitos básicos para a configuração da nacionalidade brasileira” (CAMPOS, 1999, p. 151). Neste sentido, a escola catarinense tinha um papel fundamental na formação do futuro cidadão e era um elemento de afirmação do estado de Santa Catarina diante dos demais estados brasileiros.

Outro aspecto que chama a atenção é que, enquanto no programa de 1903, ainda temos tópicos de ensino referentes a história geral, estes conteúdos pouco aparecem no programa de 1908 (até por que a ênfase maior é sobre os conhecimentos geográficos), e desaparecem completamente nos Programas de 1911, 1914 e 1920. A ênfase recai totalmente sobre o ensino da história pátria e da história de Santa Catarina. A exclusão do ensino da História Geral nas séries iniciais neste período precisa ser relacionada com o que estava ocorrendo: um esforço de constituição e consolidação de uma identidade nacional e as disputas entre o Brasil e países europeus, principalmente contra a Alemanha. Em 1917 o militar e político

Gustavo Lebon Régis publica o livro *O Perigo Alemão e o problema do Ensino em Santa Catharina*, onde chama a atenção para o fato de no estado haver um grande contingente de indivíduos que não estão assimilados e da necessidade de integrá-los a nação. Este problema torna-se mais premente com a deflagração da I e II Guerras Mundiais e vai afetar sobremaneira as áreas de colonização alemã e italiana localizadas no estado de Santa Catarina.

Notas

- ¹ Texto desenvolvido a partir do projeto de pesquisa *Memória coletiva e saber histórico escolar: o ensino de História de Santa Catarina no século XX / início do século XXI* desenvolvido no Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED/UDESC durante o período de agosto de 2008 a julho de 2010.
- ² Sobre a reforma Orestes Guimarães ver PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a reforma Orestes Guimarães (1911-1935). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 169 – 180, jul. / dez. 2009.
- ³ Ver: NOBREGA, Paulo de. Grupos escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto.(org.) *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. pp. 253-280; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara (org.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – século XIX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. pp. 68-76; ROSSATO, Luciana. Grupo Escolar Victor Meirelles: ensino e disciplinamento nos primeiros anos da República em Santa Catarina. In: *Revista História Catarina*. n° 03, abr./jun. 2007, pp. 66-68.
- ⁴ Historia. Idéas gerais sobre as divisões da historia; principaes nações e povos da antiguidade, da idade media e dos tempos modernos; datas essenciaes da chronologia; historia patria especialmente do Estado de Santa Catharina, devendo em ambas o professor ou professora occupar a atenção dos alumnos com um resumo dos acontecimentos memoráveis da historia da humanidade e da biografia dos grandes homens, com especialidade da dos brasileiros e muito particularmente catharinenses (FLORIANÓPOLIS, 1903, p. 05).
- ⁵ Refere-se ao livro *Pequena história do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda (1838/1886), publicada em 1880 no Rio de Janeiro, que teve inúmeras reedições e foi aumentada em 1918 por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.
- ⁶ O que podemos observar é que os conteúdos da quarta série correspondem aos conteúdos da nossa atual primeira série, o da terceira série aos conteúdos da segunda série e assim sucessivamente. Esta inversão das séries não foi encontrada nos outros programas analisados, o que nos leva a concluir que houve erro de impressão neste programa na nomeação das séries, uma vez que no programa seguinte, publicado em 1920 a nomeação volta a ser em ordem crescente.
- ⁷ Desenvolvimento das ideias que os alumnos já tinham sobre factos da História Patria, dando o professor a forma de contos e salientando os personagens que nelles tomaram parte importante. Palestras, de preferência sobre factos e actos que despertem sentimentos de patriotismo, civismo, abnegação, etc. (Santa Catharina, 1911, p. 5)
- ⁸ Notícias biographicas dos brasileiros illustres que tomaram parte nos seguintes acontecimentos: Proclamação da República. Império sobre o reinado de D. Pedro II e de D. Pedro I. Independência. Mudança da família real portugueza para o Brazil. Período Colonial. Descobrimto. Indígenas. (Santa Catharina, 1911, pp. 8-9)
- ⁹ Cristovam Colombo. Vasco da Gama. O descobrimento do Brazil. Os colonos e os indígenas. Caramurú. Primeiros povoadores. Martim Affonso de Souza e João Ramalho. Idéia succinta do Governo Colonial. Os indígenas e a catechese. Anchieta. Invasões francezas no Rio de janeiro e no Maranhão. O domínio hespanhol e a guerra holandeza, estudados nos seus pontos capitães. O Bequimão. Guerra dos mascates. Bandeirantes e emboabas. Tiradentes. Mudança da família real portugueza para o Brazil. O Brazil reino. Independência. Factos principaes do Império. Guerras externas. Propaganda e proclamação da Republica. Governo provisório e governos constitucionais. (Santa Catharina, 1911, pp. 12-13)
- ¹⁰ Programma. Explicações dos factos que motivaram as datas nacionais: Caramuru, Thomé de Souza, Anchieta, Nóbrega, Dias Velho Monteiro, Duque de Caxias e Ozório. Mostrar a tenacidade dos brasileiros expulsando os francezes do Rio e

Maranhão; os holandeses da Bahia e Pernambuco; os hespanhóis de Santa Catarina e Rio de Grande. Episodios do Paraguay. (sem compendio) (Santa Catharina, 1911, p.21).

- ¹¹ Nome do estabelecimento e para que serve. Quem o fundou. Data de inauguração. O professor em forma de narração, em linguagem muito simples e procurando despertar o gosto e a curiosidade dos alumnos, pelas narrações, contará: 1º - o que era a localidade a princípio, o seu aspecto primitivo qual deveria ter sido, os seus fundadores o quanto soffreram para a povoarem; 2º - que o Brazil é hoje um grande paiz, mas que não o era a principio, pois só era habitado por selvagens; 3º - que o modo de vida dos selvagens era differente do nosso e em que consistia essa diferença. (SANTA CATHARINA, 1914, p. 26).
- ¹² Narrações em forma de contos, sobre o que foi a *localidade*: seu aspecto primitivo, primeiros habitantes, a evolução da localidade, os seus melhoramentos e autores. Narrações relativamente aos costumes principaes dos selvagens. Narrações, *muito sucintas*, em estylo de fácil comprehensão para as crianças e de modo a interessal-as e commovel-as, sobre os *franceses* no Rio e Maranhão; os *holandeses* em Pernambuco; os *hespanhóis* em Santa Catarina, os *inglezes* no Rio Grande e Trindade, frizando que os *brasileiros* sempre estiveram unidos para combater os *extrangeiros que quizeram tomar o Brazil*. *Descoberta do Brazil*, ponto da costa onde aportou Cabral, povo que ahi encontrou. (mostre no globo o lugar donde sahiu Cabral, o percurso que fez etc., é necessário, porém, que a explicação seja attrahente) Povos que habitavam o Brazil na época dodescobrimento – Tupys e Tapuyas – ligeiros traços distinctivos entre uns e outros. Principais tribus. *Processo em três phases*, a saber: 1ª – exposição do ponto, tantas vezes quantas se façam necessárias a fim de que a maioria dos alumnos apprehenda o ponto explicado; 2ª – arguição do ponto pelo professor; 3ª – exposição oral do ponto pelos alumnos. (SANTA CATHARINA, 1914, pp. 38-39). (grifado no documento)
- ¹³ Primeiros povoadores do município em que funcionar o estabelecimento. Idem do Estado. Creação da villa do Desterro. Invasões que soffreu Santa Catharina. Creação da provincia. Principaes factos occorridos no estado, após a proclamação da Republica (SANTA CATHARINA, 1914, p. 51).
- ¹⁴ 1 - Nome do estabelecimento. Seu fundador. Data de inauguração. Serviços que tem prestado. Alumnos do estabelecimento que se distinguiram na vida pratica; 2 - Ligeira noticia sobre a fundação e a historia da localidade. Difficultades vencidas pelos primeiros povoadores; 3 -Narrações succintas e em estylo singelo de factos importantes da história do Brasil: a) o descobrimento; b)povos que habitavam o Brasil; c)invasões estrangeiras frisando a união dos brasileiros em repellil-as; d) a independência; e) a abolição; f) a republica; g) as datas nacionaes. NOTA: O ensino deve ser dado em três phases: 1ª. exposição do ponto pelo professor, tantas vezes quanto forem necessárias para que os alumnos aprendam a matéria; 2ª. arguição do ponto pelo professor; 3ª. exposição oral pelos alumnos. (SANTA CATHARINA, 1920, pp. 21-22)
- ¹⁵ 1 - Estudo mais desenvolvido sobre os primeiros povoadores do município; 2 - Primeiros exploradores do Estado. Creação das villas de S. Francisco, Desterro, Laguna e Lages; 3 - Descobrimto da América; 4 - Estudo mais desenvolvido do descobrimento do Brasil; 5 - Povos que habitavam o Brasil. 6 - Como começou Portugal a colonizar o Brasil. Idea succinta a respeito das capitancias hereditárias, quaes as que prosperaram e causa da ruína das mais dellas; mudança da forma de colonisação; governadores geraes: primeiro, segundo e terceiro. Fundação das cidades de Salvador e Rio de Janeiro; 7 - Resumidos traços biographicos de Colombo, Cabral, Thomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá, Caramuru, José de Anchieta, Camarão, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros, José Bonifácio, Feijó, Osório, Caxias, Barroso, Deodoro, Benjamin Constant, Rio Branco e outros vultos nacionaes. Catharinenses illustres. NOTA: O professor deve lembrar-se que a historia pátria é um dos principais elementos da educação cívica. Aproveite, por isto, todos as opportunidades para despertar nos alumnos sentimentos de são patriotismo. Três phases: 1ª) exposição; 2ª) arguição pelo professor; 3ª) exposição pelo alumno. Aproveitem-se os mappas sempre que for possível. (SANTA CATHARINA, 1920, pp. 29-30)
- ¹⁶ 1 - Antecedentes do descobrimento do Brasil; 2 - O descobrimento; 3 - Povos que habitavam o Brasil por ocasião do descobrimento; 4 - Divisão do Brasil em capitancias; 5 - Governo geral. Os três primeiros governadores; 6 - Invasões francezas e holandesas; 7 - Rivalidades entre brasileiros e portuguezes. Revolta de Beckman. Emboabas, Mascates. Palmares; 8 - Inconfidência mineira; 9 - Transmigração da familia real para o Brasil; 10 -A independência; 11 - O primeiro reinado; 12 - A regencia, o segundo reinado; 13 - A guerra do Paraguay; 14 - A abolição do elemento servil; 15 - A Republica: antecedentes e proclamação; 16 - Enumeração dos presidentes da Republica; 17 - Syntese da historia do Brasil, dividindo-a em periodos: colônia, reino, império e republica; 18 - Primeiros navegantes que tocaram em Santa Catharina; 19 - Fundação de São Francisco, Desterro (Florianópolis), Laguna e Lages; 20 - Enumeração dos governadores do período republicano. (SANTA CATHARINA, 1920, p. 36)
- ¹⁷ A partir de 1911 todas as escolas deveriam seguir os programas expedidos pelo governo do estado de Santa Catarina.

Referências

- ABUD, Kátia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.) *O Saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara (org.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – século XIX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. pp. 68-76.
- BITTENCOURT, Circe. Identidades e o ensino de História no Brasil. In: CARRETERO, Mario, ROSA, Alberto & GONZÁLEZ, Maria Fernanda (orgs.) *Ensino da História e Memória Coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. pp. 149-166.
- CARRETERO, Mario, ROSA, Alberto & GONZÁLEZ, Maria Fernanda. Introdução: ensinar história em tempos de memória. In: CARRETERO, Mario, ROSA, Alberto & GONZÁLEZ, Maria Fernanda (orgs.) *Ensino da História e Memória Coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1991.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *História da Cultura Catarinense: o Estado e as Idéias*. Florianópolis: UFSC, 1997.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história: experiências, reflexões e aprendizagens*. Campinas/SP: Papirus, 2003.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FRANCO, Alexia Pádua & VENERA, Raquel Alvarenga Sena. A memória e o ensino de história hoje: um desafio nos deslizamentos de sentido. In: ZAMBONI, Ernesta (org.) *Digressões sobre o Ensino de História: memória, história oral e razão histórica*. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.
- FLORIANÓPOLIS. Programa de Ensino e Regimento Interno para as escolas primárias mantidas pela municipalidade de Florianópolis de 1903. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1903.
- GIROUX, Henry & SIMON, Roger. Cultura Popular e Pedagogia Crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira & SOUZA, Gizele de. Programas e Métodos de Ensino para a Infância Catarinense nas Reformas Educacionais de 1910/1913. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 10, n. 01, jan. / jun. 2009. pp. 73 – 87.
- HORN, Geraldo Balduino & GERMINARI, Geysa Dongley. *O Ensino de História e seu currículo: teoria e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº

1. *Campinas*: Editora Autores Associados. janeiro/junho 2001. pp. 9-44.
- KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto.(org.) *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. pp. 141-154.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- NOBREGA, Paulo de. Grupos escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto.(org.) *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. pp. 253-280.
- NÓVOA, Antonio. Nota de Apresentação. In: GOODSON, Ivor F. *A Construção Social do Currículo*. Tradução: Maria João Carvalho. Lisboa: EDUCA, 1997.
- OLIVA, Terezinha Alves de. Ensino de História, conhecimento histórico e formação de professores. *Saeculum – Revista de História*. Nº 6/7, jan/dez/ 2000-2001. pp. 119-130.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista!: Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1990. pp. 18-37.
- OTTO, Clarícia. As escolas italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto.(org.) *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. pp. 105-140.
- PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a reforma Orestes Guimarães (1911-1935). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 10, n. 02, jul. / dez. 2009, pp. 169 – 180.
- ROSSATO, Luciana. Grupo Escolar Victor Meirelles: ensino e disciplinamento nos primeiros anos da República em Santa Catarina. In: *Revista História Catarina*. nº 03, abr./jun. 2007, pp. 66-68.
- SANTA CATHARINA. Regimento Interno das Escolas Públicas Primárias de 1908, aprovado e sancionado através do decreto nº 371 de 25 de março de 1908. Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia, 1908.
- SANTA CATHARINA. Programma de ensino para Grupos Escolares. Aprovado pelo decreto nº 587 de 22 de abril de 1911. Florianópolis: Gabinete da Typographia D'O Dia, 1911.
- SANTA CATHARINA. Programma dos Grupos Escolares e das Escolas isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado pelo decreto nº 796 de 02 de maio de 1914. Joinville: Typ. Boehm, 1914.
- SANTA CATHARINA. Programma de Ensino dos Grupos Escolares. Aprovado pelo decreto nº 1322 de 29 de janeiro de 1920. Florianópolis: Oficinas a elect. Da Imprensa Oficial, 1920.
- SANTA CATARINA. Programa para os Cursos Normais Regionais. Expedido pelo decreto nº 3.682 de 03 de dezembro de 1946. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946a.
- SANTA CATARINA. Programa para os Estabelecimentos de Ensino Primário do Estado de Santa Catarina. Expedido pelo decreto nº 3.732 de 12 de dezembro de 1946. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946b.
- SILVA, Cristiani Bereta da & GASPARINI, Helena Gabriela Moellmann. Livros didáticos e memória: heróis e mitos catarinenses nas primeiras décadas do século XX. In: ARRUDA, Eucídio Pimenta & GUIMARÃES, Iara. (orgs.) *Anais do VII Encontro Nacional "Perspectivas do Ensino de História": ensino de história, cidadania e consciência histórica*. Uberlândia: EDUFU, 2009. CD-Rom.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. In: GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e educação**. Tradução: Atílio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “Uma vez normalista, sempre normalista”: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

ZAMBONI, Ernesta. Projeto Pedagógico dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Identidade Nacional e Consciência Histórica. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, pp. 367-377, dezembro 2003.

Correspondência

Luciana Rossato - Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Brasil.
E-mail: lucianarossato@yahoo.com.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.
